

Meireles, da Odebrecht, ainda tenta convencer governo a reprovar projeto

Josette Goulart
de São Paulo

"O interesse público de Jirau já está garantido, é só obrigar a Suez a fazer as obras no local original pelo preço que vendeu a energia no leilão."

"Essa é uma questão já superada. A Aneel já aprovou a mudança do local das obras da barragem. E se não me engano já tínhamos dado esse parecer antes da licitação, tenho que olhar. Não vamos voltar atrás."

"Mas esse relatório do Ibama mostra que o licenciamento de Santo Antônio (da Odebrecht) vai ficar comprometido se for mantida a mudança e isso sim é contra o interesse público."

"Ainda não aprovamos o projeto básico, só recomendamos o início das obras, que não são permanentes, em função da condição hidrológica."

O diálogo caloroso foi travado ontem no moderno centro de convenções do Hotel Unique, na capital paulista, no intervalo para almoço do 9º Encontro de Negócios de Energia, pelo diretor de projetos da Odebrecht, Irineu Meireles, e o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman. A conversa mostra que a construtora continua empenhada na disputa com a Suez. Elas acertaram com o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, não trocar farpas pela imprensa, mas representantes de ambas afirmam que não se comprometeram a desistir de eventuais processos judiciais.

Meireles tem a missão, dentro da Odebrecht, de tentar reverter a questão de Jirau, mas não tem sido fácil convencer o governo. A empresa tem usado de diversos artifício para contestar a concorrente. Enviou cartas à imprensa com seus argumentos de porque entende que o leilão foi injusto. A empresa elaborou um extenso relatório, que apresentou ao governo, contestando ponto a ponto a suposta vantagem de mudança do projeto original apresentado pela Suez. O episódio levou a empresa à Justiça criminal, pedindo explicações a Victor Paranhos, presidente do consórcio que arrematou Jirau, de acusações de espionagem à Odebrecht.

Para a Aneel, existe uma justificativa forte para recomendar ao Ibama que libere o início da construção de ensecadeiras. Se não for feito nesse momento, será necessário esperar que passe o período das cheias. Esse atraso exigiria o leilão de usinas termelétricas que significam emissão 600 mil toneladas de gás carbônico. Na nota técnica enviada ao Ibama, Kelman anexou ainda um anúncio da Shell no qual a empresa diz ter reduzido a emissão de gases poluentes em 125 mil toneladas em 2007, com a adoção do biodiesel

GOULART. J. **Meireles, da Odebrecht, ainda tenta convencer governo a reprovar projeto.** Valor Econômico, Empresas, Infra-estrutura, Energia, B8, 14/10/2008.

